

Parecer nº 80/98

Data: 1998.07.15

Proc. nº 398

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade reclamada: Director do Estabelecimento Prisional de Monção

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado nos autos, solicitou em 2.4.98 ao Director do Estabelecimento Prisional Regional de Monção (EPRM), onde é recluso, certidão de teor integral do regulamento interno do estabelecimento e das suas eventuais alterações, com narrativa do número de páginas ou folhas que o compõem e das datas da entrada em vigor quer desse regulamento quer das suas alterações.
2. Não tendo obtido qualquer resposta, o cidadão apresentou à Comissão de Acesso Aos Documentos Administrativos, com data de entrada de 29 de Maio de 1998, reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.
3. Aparentemente a reclamação deu entrada em momento oportuno, apesar de não ser possível concluir com segurança sobre o decurso do prazo de 35 dias, previsto no nº 3 do art. 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - LADA), porquanto da cópia do requerimento tacitamente indeferido não consta qualquer carimbo comprovativo da entrada do mesmo nos serviços: apenas existe uma indicação escrita pelo seu subscritor, ora reclamante, de que o mesmo foi entregue em 2 de Abril de 1998.
4. Esta Comissão já teve ocasião de se pronunciar, no processo nº 328, sobre matéria idêntica. É essa doutrina que se reafirma.
5. Tal como aí se expôs, nos termos da Constituição (art. 268º nº 2) e na Lei (arts. 4º, nº 2, alínea a), e 7º, nº 1, da LADA), todos os cidadãos gozam do direito de acesso aos

documentos administrativos de carácter não nominativo. Para que este direito seja exercido basta que, tratando-se de um suporte de informação elaborado ou detido pelos serviços da Administração Pública no âmbito da actividade administrativa, qualquer interessado requeira o acesso ao documento segundo uma das formas previstas no art. 12º, nº 1, da LADA, e não exista, face aos termos do pedido, qualquer fundamento legal para excluir ou protelar a divulgação dos elementos requeridos.

6. Reafirma-se a doutrina de que a elaboração, aprovação e divulgação junto dos seus destinatários do regulamento interno de um estabelecimento prisional pressupõe a incorporação textual das respectivas normas em um ou vários documentos administrativos de carácter não nominativo. Resulta da legislação específica sobre a matéria que o regulamento interno é um acto normativo produzido no exercício da função administrativa que vincula os residentes num estabelecimento prisional, em especial a sua população reclusa (cfr. artigo. 185º do Decreto-Lei nº 265/79, de 1 de Agosto). Uma vez elaborado pelo director do estabelecimento prisional, aprovado pelo Director - Geral dos Serviços Prisionais e homologado pelo Ministro da Justiça, o regulamento interno deverá ser conservado em lugar a que os reclusos possam ter acesso (cfr. artigo 185º, nºs 1 e 4, do Decreto-Lei nº 265/79). Acresce que no momento de ingresso no estabelecimento os serviços prisionais se encontram obrigados a entregar ao recluso um resumo do regulamento interno, devendo ainda informá-lo onde pode consultar o texto integral do regulamento (art. 185º, nº 5, do mesmo diploma legal).

Não se vislumbrava à data do processo mencionado qualquer obstáculo legal à reprodução por fotocópias do Regulamento Interno do EPRM e das suas alterações; o mesmo acontece face ao pedido de certidão nos termos requeridos pelo reclamante.

No entanto constata-se que a presente reclamação tem na sua essência um fundamento idêntico à que já tinha sido objecto de apreciação no Parecer nº 328 desta Comissão, onde se deliberou, ao abrigo do artigo 20º, nº 1, alínea b), da LADA, dar

parecer favorável ao acesso, através de fotocópia, ao documento ou documentos - caso existam alterações ao regulamento interno não incorporadas no texto inicial - requeridos pelo então igualmente reclamante, ao Director do Estabelecimento Prisional Regional de Monção. Esse parecer foi emitido em 27 de Maio de 1998, e deve ter chegado ao conhecimento do reclamante, via postal, em data coincidente (ou próxima) daquela em que foi recebido nesta Comissão, também via postal, a presente reclamação.

O facto de na presente reclamação estar em causa “certidão” do mesmo requerido texto ou textos em nada modifica o sentido do Parecer da Comissão já identificado, que na presente se reafirma.

7. Nos termos do nº 2 e 3 do art. 16º da LADA, existe a obrigatoriedade legal do envio do relatório de apreciação da situação, Parecer nº 328(do qual o presente é uma reprodução), quer à entidade requerida quer ao requerente, devendo a entidade Reclamada - Director do Estabelecimento Prisional Regional de Monção - comunicar ao Reclamante a sua posição final no prazo de 15 dias, sob pena de, não o fazendo, se considerar indeferida tacitamente a reclamação submetida à apreciação da CADA.

No caso de indeferimento expresso ou tácito nos termos do nº 3 do art. 16º, o ora reclamante pode recorrer judicialmente nos termos do art. 17º, ambos da LADA.

Em suma, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos reafirma a posição e conclusões do seu Parecer nº 328 restando ao reclamante, como se disse, a via do recurso judicial, no caso de indeferimento tácito ou expresso.

Lisboa, 15 de Julho de 1998.

Narana Coissoró (Relator) – Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – João Labescat - Castro Martins (Presidente)